ATAS

ATA NÚMERO DOIS DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, por videoconferência através da plataforma Zoom, não se encontrando reunidos, pelas vinte horas e trinta minutos, os delegados necessários para o início da reunião, deu-se início à Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Xadrez (FPX) meia hora mais tarde, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Um: Período Antes da Ordem do Dia;

Ponto Dois: Votação da alteração do artº 13º, nº 8, al. a) dos Estatutos da Federação Portuguesa de Xadrez, conforme despacho do Ministério Público – Procuradoria da República da Comarca de Lisboa, datado de nove de outubro de dois mil e vinte e dois;

Ponto Três: Apreciação, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e três.

Foram convocados os trinta e nove delegados que constituem a Assembleia, tendo sido identificados na reunião os seguintes vinte e quatro:

António Luís Campos de Sousa Ferreira
António Manuel Ferreira Pereira dos Santos
António Manuel Monteiro David Barbosa
António Pedro Dias Caramez Pereira
Bruno Ricardo de Sousa Lopes
Carlos Filipe Fernandes Marques
Carlos Manuel Matias Ferreira
Eduardo Escudeiro Guerreiro Viana
Fernando Jorge Cardoso Resende
Fernando Moreira de Pinho
Hugo Emanuel Oliveira Gomes
João de Sousa da Cruz
João Miguel Ramos Saltão
Luís Nuno Pereira Barrigoto
Luís Simões dos Reis
Mário Martins Freitas Morais
Mário Rui da Costa Correia
Marta Sofia Carvalho Ferreira Malheiro Leite
Modeste Mendes
Nuno Filipe Lages Pinto Ruas Andrade
Nuno Miguel Beirão Mendes
Pedro Miguel Gomes Mendes
Ricardo Vicente Aleixo Alves
Vítor Manuel Barroso Cardoso

E ainda a presença do Presidente da Direção da Federação Portuguesa de Xadrez, Dominic Cross e do Tesoureiro Pedro Vinagre,

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, João Cruz, informou que iria orientar os trabalhos de forma a que o Ponto Um não excedesse os trinta minutos e o Ponto Três os noventa minutos, tal como aconteceu nas reuniões anteriores.

No Ponto Um, o senhor Presidente da Direção disse que tínhamos acabado de sair de uma pandemia, o que originou um esforço enorme de todos e colocou-se à disposições dos delegados para responder às perguntas que lhe colocassem.

O delegado António Luís Ferreira pediu esclarecimento sobre pagamentos e taxas de inscrição na Federação Portuguesa de Xadrez.

O senhor Presidente da Direção disse que foram liquidados todos os valores em dívida à Associação de Xadrez de Aveiro, logo que apresentados por esta Associação o Relatório e Contas em atraso.

O delegado Luís Barrigoto disse que o clube A-XAT não pôde jogar a taça das Associações porque não tinha havido a disputa da Taça no distrito. Há mais clubes do distrito, mas não participaram nos campeonatos nacionais. Questionou sobre a legalidade da Associação de Beja. Questionou ainda sobre se todos os clubes da 1ª divisão estavam em condições de participar na prova.

O Presidente da Direção disse que o clube Gabriel Pereira nunca quis fazer parte de qualquer Associação. O Juventude de Évora tem dívidas em atraso. A Federação Portuguesa de Xadrez assina contratos programas com as Associações desde que obedeçam às normas legais, designadamente à prestação de contas e eleições, sendo as estruturas associativas independentes, como a do distrito de Beja. Esta associação não procede legalmente, não apresentando contas, nem havendo eleições.

O delegado Luís Barrigoto questionou sobre a organização da Taça da Associação, inquirindo se era possível a A-XAT organizar os campeonatos distritais, respondendo o senhor Presidente que tinha que ser a Associação a organizar a prova. Informou ainda que a A-XAT podia filiar-se numa Associação de um distrito limítrofe ao de Évora.

O senhor Tesoureiro afirmou não haver impedimento do clube se filiar numa Associação de um distrito limítrofe, podendo duas associações organizar um campeonato distrital. Disse ainda que se pode colocar em causa a legalidade da Associação de Beja, que nem responde a emails.

O senhor Presidente da Direção informou que é possível os clubes da 1ª Divisão pagarem as dívidas com atraso, com multa, num prazo extra. Disse que todos têm, no entanto, que pagar a taxa de inscrição.

O senhor Tesoureiro esclareceu que a plataforma da Federação Portuguesa de Xadrez é bloqueada para quem tiver dívidas em atraso, com controlo trimestral, acrescentando que está fora de causa um clube participar na 1ª divisão com dívidas.

O delegado Carlos Ferreira questionou sobre qual a razão da Federação Portuguesa de Xadrez não ter assumido os custos dos atletas dos Campeonatos Europeus de Jovens, nas deslocações entre Lisboa e o aeroporto do Porto. Quanto ao campeonato nacional individual de semirrápidas, questionou sobre o método de desempate entre os atletas. Questionou, ainda, sobre o número de rondas (oito) para uma prova com cento e oitenta atletas. Deviam ter sido no mínimo nove rondas.

O Presidente da Direção respondeu que as despesas são pagas a partir do aeroporto, suportando os xadrezistas as despesas até ao aeroporto. Os atletas foram bem apoiados com grande esforço da Federação Portuguesa de Xadrez, afirmou o Presidente, com valor superior ao subsidiado pelo IPDJ (Instituto Português de Desporto e Juventude). A atleta Beatriz Gonçalves foi apoiada pela Federação na sua deslocação. Quanto ao campeonato de semirrápidas, entende que devem ser cumpridos os Regulamentos.

O delegado Bruno Lopes disse que arbitrou o Campeonato Nacional de semirrápidas, sendo seu entendimento que devia ter havido mais rondas, de forma que o primeiro e o segundo classificado se tivessem encontrado. Afirmou, ainda, que é prática os torneios internacionais com mais de cento e cinquenta participantes terem um mínimo de nove rondas.

O delegado Pedro Caramez questionou a Federação Portuguesa de Xadrez sobre o que pensa do resultado dos Europeus. Muitos atletas jogaram nas últimas mesas e perderam ELO. Lamentou que a Federação Portuguesa de Xadrez não responda a emails. Lamentou que algumas promessas da Federação não tenham sido cumpridas. Disse, ainda, que houve vários problemas com o apoio aos jogadores do Europeu de Jovens.

O Presidente da Direção declarou que houve um comunicado a informar os clubes das condições de participação nos Europeus de Jovens. Disse haver situações complexas, como por exemplo de atletas que iniciam a viagem a partir doutros países. Sobre os resultados desportivos, disse que se faziam sempre análises sobre os resultados obtidos pelos jogadores. Afirmou que o trabalho por parte dos treinadores foi muito positivo e que os atletas deveriam participar em Portugal em provas de elevado grau de dificuldade para poderem competir nas provas internacionais. Reconhece que há necessidade de melhorar os resultados dos atletas femininos.

No Ponto Dois foi apreciado um Despacho do Ministério Público, datado de nove de outubro de dois mil e vinte e dois (Processo nº 946/22.5Y2LSB) que determina a alteração do artº 13º, nº 8, al. a), dos Estatutos da Federação Portuguesa de Xadrez, de forma que passe a constar "a que se refere o artº 11º nas suas alíneas c) a g), sob pena de intentar ação de nulidade prevista no artº 158º-A do Código Civil.

Foi, assim, apresentada pela Direção uma proposta de alteração do artº 13º, nº 8, al. a) dos Estatutos da Federação Portuguesa de Xadrez, com o seguinte teor: *Nos Estatutos da FPX, no texto do artº 13º (mandato), no nº 8, alínea a), onde se lê "a que se refere o artº 11º nas suas alíneas d) a g)", passe a constar "a que se refere o artº 11º nas suas alíneas c) a g)", no sentido de estar em conformidade com o artº 33º, nº 2 do Decreto-Lei nº 248-B/2008, em que uma candidatura a Presidente só é admitida se acompanhada de candidatura a todos os Órgãos Sociais, ou seja, Direção, Conselho Fiscal, Conselho de Disciplina, Conselho de Justiça e Conselho de Arbitragem, evitando, assim, que se possa candidatar a Presidente sem apresentar uma lista à Direção.*

Colocada a votação, a alteração foi aprovada por unanimidade pelos vinte e quatro delegados presentes.

No Ponto Três, o senhor Presidente da Direção apresentou o Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e três, com base no documento que havia sido apresentado aos delegados. Realçou a existência de mais clubes e mais atletas no nosso país, sendo ambição da Direção atingir cerca de cinco mil xadrezistas. Pretende-se igualmente a formação de mais treinadores e árbitros. Declarou que a nossa Federação é uma das que tem um maior calendário de provas. Destacou protocolos com alguns Municípios e Freguesias. Salientou ainda as várias formações previstas, entre as quais para dirigentes. Outra novidade é o Campeonato Nacional Feminino. Fez, ainda, uma breve referência ao xadrez nas prisões.

O senhor Presidente referiu que o Orçamento apresenta o montante de Receitas e de Despesas de € 498 800,00 (quatrocentos e noventa e oito mil e oitocentos euros).

O delegado Luís Barrigoto lamentou que os documentos em apreciação tenham sido enviados poucos dias antes da Assembleia. Referiu, ainda, que o calendário apresentado, apesar de extenso, não tem a indicação de muitos locais onde são disputadas as provas o que complica a

vida aos clubes em termos organizativos. Questionou sobre a forma como a direção quer fazer crescer o número de clubes e atletas. Quanto à Associação de Xadrez de Beja, deveria definir a Federação Portuguesa de Xadrez se está ou não legal. Não percebe como se realiza uma prova em Lisboa na mesma data do campeonato nacional de semirrápidas individual. Afirmou ter conseguido melhores preços em hotel não indicado pela Federação, sendo importante saber com antecedência os locais das provas para poder negociar preços com hotéis e restaurantes.

O delegado Carlos Marques afirmou que a quantidade de jogadores pode ser fictícia, até por pressões dos clubes ou das Câmaras Municipais. Alguns jogadores inscritos acabam por não competir.

O senhor Presidente da Direção disse que o calendário desportivo é vasto, tentando a Federação Portuguesa de Xadrez arranjar as melhores condições, incluindo o alojamento, levando isso a várias diligências. Há várias reuniões marcadas com Municípios para definir locais. No Dia Mundial do Xadrez organizou-se um campeonato para vinte pessoas. Quanto às participações internacionais, relembrou que a Federação deve apresentar elementos ao Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) com vista aos resultados de alto rendimento dos atletas. Tem que haver planos com vista a que os atletas estejam em forma aquando das competições. Referiu que a Federação Portuguesa de Xadrez é das que tem mais provas que contam para ELO FIDE. Disse ainda que cerca de um terço dos atletas, ao fim de poucos anos, abandona a competição. Quanto aos novos clubes, referiu o Algarve que de três passou para nove clubes.

O senhor Tesoureiro informou que faltam elementos para validar a Associação de Xadrez de Beja, mas não pode a Federação Portuguesa de Xadrez prejudicar os clubes inscritos nessa Associação. Como é óbvio, segundo o Tesoureiro, o número crescente de clubes pode dar mais poder reivindicativo perante a tutela. No entanto, apesar do aumento de clubes e atletas, os subsídios têm diminuído consideravelmente.

O delegado Bruno Lopes disse que os formadores e as formações eram sempre os mesmos, devendo haver variação de formadores e conteúdos da formação.

O delegado Carlos Ferreira concordou com o delegado anterior. Referiu, ainda, que os custos da participação internacional dos clubes aumentaram e é necessário maior apoio para motivar os jovens. Concorda que os jogadores devem participar em algumas provas como os campeonatos nacionais. Disse ser difícil a participação em várias provas do circuito nacional, o que se torna dispendioso. Disse, ainda, que a aposta num trabalho contínuo com a seleção ao longo do ano com os treinadores era preferível ao sistema atual.

O delegado Luís Barrigoto questionou sobre como seria o campeonato nacional feminino por equipas. Perguntou se era possível inscrever um clube diretamente na Federação Portuguesa de Xadrez, sem estar inscrito numa Associação Distrital. Questionou, ainda, sobre os centros de alto rendimento.

O senhor Presidente da Direção disse que se tenta manter um elevado número de formações e tem havido alguma diversidade, como o de dirigentes. A nível de formação contínua dos treinadores, costumam ter vários participantes. São poucos os formadores com qualificações exigidas pelo IPDJ (Instituto Português de Desportos e Juventude). Estão previstas formações em diferentes áreas, sendo algumas obrigatórias para a renovação das cédulas dos treinadores. Concorda com o delegado Bruno Lopes que deve haver diversidade de formadores e formações. Quanto ao Campeonato Nacional Feminino, vai disputar-se por equipas, não se prevendo neste primeiro ano a participação de muitas equipas. É possível disputar esta competição no fim de semana da Final Four da Taça de Portugal. Quanto ao contrato programa com as Associações, é

necessário que estejam legais. A realidade de outros países em relação ao xadrez é muito diferente da nossa. Nalguns países o xadrez começa no ensino básico. Concorda que o Campeonato Nacional de Jovens deve ser a prova rainha para os atletas de alta competição. Os custos de estágios prolongados podem ser demasiado elevados.

O delegado Nuno Andrade colocou a questão sobre o valor para os estágios ser muito reduzido, respondendo o senhor Presidente que a Federação Portuguesa de Xadrez faz candidaturas para o IPDJ (Instituto Português do Desporto e Juventude) para garantir os estágios não havendo qualquer verba desta entidade, pelo que estágios são totalmente suportados pela Federação.

O senhor Tesoureiro referiu que os custos dos estágios não são suportados pelo IPDJ, cabendo à Federação Portuguesa de Xadrez suportar esses custos. Os estágios são para fomentar o espírito de grupo e para apurar a preparação que os atletas já têm. Os atletas têm que ter preparação de base. Na maioria das modalidades, há protocolo com os atletas. No xadrez, nem se sabe quem são os treinadores de alguns jogadores. Concluiu, afirmando que há jogadores que têm talento, mas o talento não chega sem trabalho.

O delegado Carlos Ferreira concorda com o Tesoureiro, dizendo que no xadrez há mais dificuldade em se ter um programa intensivo de trabalho como noutras modalidades.

O delegado Bruno Lopes voltou a questionar sobre o facto de serem sempre os mesmos formadores, devendo alterar-se os formadores e os conteúdos programáticos.

O delegado Luís Barrigoto afirmou que a falta de rigor e outros problemas que existem nos treinos são culpa de todos, clubes, jogadores e diretores. A Federação Portuguesa de Xadrez podia comparticipar nos treinos dos jogadores que representam a seleção nacional. Quanto à situação da Associação de Xadrez de Beja, o seu clube deveria ter sido avisado pela Federação.

O delegado Carlos Ferreira disse que ficou muito cara a deslocação de dois atletas aos campeonatos nacionais individuais de semirrápidas.

O Presidente da Direção disse que aguardavam a temática do ano pela FIDE (Federação Internacional de Xadrez). Este ano foi o do xadrez feminino. Para dar formação de treinadores é necessário serem reconhecidos pelo IPDJ (Instituto Português do Desporto e Juventude). Os treinadores da seleção podem ter ideias diferentes das do treinador do jovem que estagia. O trabalho dos treinadores da Federação Portuguesa de Xadrez é gratuito, nem tendo a Federação possibilidade de pagar verbas avultadas. Concluiu, dizendo que as Associações dependem da vontade dos sócios, limitando-se a Federação a não as apoiar financeiramente quando não cumprem os preceitos legais.

O delegado David Barbosa perguntou porque razão se considerava que a Associação de Xadrez de Beja era ilegal. O Presidente da Direção disse que era necessário que as Associações tenham os procedimentos legais obrigatórios como eleições, Plano de Atividades, Prestação de Contas e realização de provas para terem direito a apoios da Federação Portuguesa de Xadrez.

Depois de lido o Parecer do Conselho Fiscal, foi colocado à votação o Plano de Atividades para dois mil e vinte e três, sendo aprovado com o voto favorável de dezoito delegados e duas abstenções, não estando presente no momento da votação os delegados António Luís Ferreira, Eduardo Viana, Nuno Andrade e Nuno Mendes.

Procedeu-se, de seguida, à leitura da presente ata, que foi aprovada dezassete votos a favor e um contra, não estando presentes no momento da votação os delegados Eduardo Viana, Luís Reis, Mário Correia, Nuno Andrade, Nuno Mendes e Pedro Mendes.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por encerrada a sessão, pelas zero horas e trinta e oito minutos do dia um de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, sendo lavrada a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.

O Presidente da Mesa,

Assinado por: JOÃO DE SOUSA DA CRUZ
Num. de Identificação: 06484987
Data: 2022.12.15 13:47:30+00'00'

CARTÃO DE CIDADÃO

O Vice-Presidente,

Assinado por: MÁRIO MARTINS FREITAS MORAIS
Num. de Identificação: 04009518
Data: 2022.12.15 14:09:49+00'00'

O Secretário,

Assinado por: FERNANDO MOREIRA DE PINHO
Num. de Identificação: 08439477
Data: 2022.12.15 14:37:05+00'00'